

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Agência Brasil



Baleia se oferece para candidato a vice-governador

Cortejado por Lula, MDB tenta entrar na chapa de Tarcísio

Lula quer um emedebista para vice, mas o partido joga para ter o mesmo cargo na chapa de Tarcísio de Freitas (Republicanos), que, ao que tudo indica, disputará a reeleição ao governo de São Paulo.

O cálculo do MDB é simples: caso consiga permanecer no Palácio dos Bandeirantes, Tarcísio terá que renunciar até abril de 2030 para poder disputar a Presidência da República.

Seu vice, portanto, assumirá sua cadeira e terá direito a disputar a reeleição. O último emedebista a comandar o governo paulista — e, consequentemente, o segundo orçamento da União — foi Luiz Antônio Fleury Filho, que deixou o cargo em 1995, há 31 anos.

Levantou o dedo

Presidente nacional do MDB, o deputado federal Baleia Rossi já, como se diz no jargão da política, colocou seu nome à disposição de Tarcísio e tratou do assunto com o correligionário Ricardo Nunes, prefeito paulistano.

A ida para a chapa do governador inviabilizaria qualquer possibilidade de o partido ocupar a vice de Lula. Apesar da relação desconfiada entre Tarcísio e o bolsonarismo, ele, pelo menos até agora, é o candidato do grupo.

Marcos Corrêa/PR



Kassab: vice de olho na cadeira

Obstáculos

A pretensão de Baleia esbarra, porém, na prioridade do PL e no poder de Gilberto Kassab, presidente do PSD, que também almeja a cadeira de candidato a vice-governador. Foi como vice de José Serra que ele, em 2006, chegou a prefeito de São Paulo.

Emedebistas alegam que, ao anunciar que o PSD terá candidato a presidente da República, Kassab, secretário de Governo do Estado de São Paulo, perdeu condições políticas para grudar em Tarcísio e no bolsonarismo. Mas sabem que isso não é obstáculo para ele.

O fator Jair

A questão do PL é mais delicada. O partido quer repetir o que conseguiu na eleição para a prefeitura, quando impôs o coronel PM Mello Araújo de vice de Nunes. Garantir a vaga para outro representante do bolsonarismo seria importante eleitoralmente e para adoçar a boca do ex-presidente. Este adoraria a perspectiva de o vice assumir o governo em 2030.

A lista

A ida de Baleia para a chapa de Tarcísio também criaria problemas para seu partido. Os 236 mil votos que obteve em 2022 ajudaram o MDB a eleger seus quatro deputados federais em São Paulo. A eleição de representantes à Câmara é fundamental para garantir verbas para o partido pelos quatro anos seguintes.

Penúria

Escolas de samba do Grupo Ouro, segunda divisão do Carnaval carioca, reclamam que o governo do Estado ainda não pagou a subvenção que havia prometido. O pessoal das séries Prata e Bronze também dizem que não receberam nada. No fim do mês passado, o Palácio Guanabara prometera resolver tudo.

Verba

Já as escolas do Grupo Especial tiveram direito a uma dotação total de R\$ 40 milhões do governo do Estado. O dinheiro beneficiou, inclusive, a Acadêmicos de Niterói, aquela que, no Sambódromo, homenageará o presidente Lula (PT), adversário político do governador Cláudio Castro (PL).

Medo

Integrantes do governo que temem problemas no desfile da Acadêmicos já se conformaram, acham impossível que Janja, mulher do presidente, deixe de desfilar. Ela deverá passar pela Avenida em um carro alegórico. Há o temor de que ela seja vaiada, principalmente pelo público que ficará nos camarotes, espaços mais caros.

Frevo ferve 1

Por falar em Carnaval. Em parceria com o Youtube, a Quaest fez uma pesquisa qualitativa para tentar dissecar a presença do frevo na cultura pernambucana, em especial, em Recife e e em Olinda. O trabalho conseguiu mapear 322 grupos dedicados a esse tipo de música nessas duas cidades.

Frevo ferve 2

Além dos grupos, os pesquisadores constataram a existência de 46 orquestras de frevo, cada uma delas costuma reunir de 15 a 25 integrantes — no Carnaval, o número de músicos pode chegar a 50. Nas entrevistas, eles constaram que todos têm outros empregos, que não dá para viver só dessa arte.



Condenada a dez anos de prisão, Zambelli fugiu para a Itália

Justiça italiana julga Zambelli nesta quarta

Recurso dos advogados pedindo a troca dos juízes foi negado

Por Gabriela Gallo

Nesta quarta-feira (11), a Corte de Apelação de Roma, na Itália, retoma o julgamento que decidirá a extradição (ou não) da ex-deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) de volta ao Brasil. O julgamento foi adiado três vezes e quase foi adiado novamente.

Nesta terça-feira (10), a Corte negou o pedido dos advogados da parlamentar que solicitaram a troca dos juízes envolvidos no julgamento, alegando que o colegiado não tinha as condições necessárias para conduzir o julgamento com imparcialidade. O pedido foi negado pela 1ª Seção Penal da Corte de Apelação, conduzida desta vez somente por mulheres. Caso o pedido fosse aceito, o julgamento voltaria à estaca zero.

Em uma nota divulgada para a imprensa ainda na terça-feira, à qual o Correio da Manhã teve acesso, o advogado Fábio Pagnozzi, que integra a defesa de Zambelli, alega que a decisão da Justiça italiana em negar o pedido “não encerra as discussões jurídicas em curso”.

Ele ainda declarou que a defesa já prepara recurso reforçando a troca dos juízes, “por entender que há fundamentos jurídicos relevantes que ainda precisam ser analisados pelas instâncias competentes”.

“A equipe jurídica reafirma confiança no sistema judiciário

italiano e seguirá atuando para assegurar um julgamento imparcial e o exercício integral do direito de defesa”, reiterou a nota.

Extradição

Carla Zambelli foi condenada a dez anos de prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por ser mandante da invasão do sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), trabalho para o qual contratou o hacker Walter Delgatti Neto. Na invasão, Delgatti implantou no sistema um mandado de prisão fraudulento contra o ministro do STF Alexandre de Moraes. Ela e Delgatti foram condenados, por unanimidade, pelos crimes de invasão de dispositivo informático e falsidade ideológica. Ao ser condenada, ela fugiu para a Itália, mas foi presa pelas autoridades locais em julho de 2025.

Ao Correio da Manhã, o especialista em direito eleitoral e direito do estado Renato Ribeiro Almeida explicou que, como Zambelli possui dupla cidadania italiana, em tese, isso “permitiria o cumprimento de eventual pena em qualquer um dos dois países”. No entanto, ele destaca que, no caso da ex-parlamentar, “a condenação decorre de crime praticado em território brasileiro, o que torna juridicamente coerente que a pena seja cumprida no Brasil”.

“Nesse contexto, a hipótese de extradição se apresenta como um desdobramento natural”.